

# Evolução de imagem do governo Lula e comportamento eleitoral em 2006

*Jorge Almeida\**

## 1. Introdução

Este texto procura contribuir para o estudo do comportamento político dos brasileiros durante o governo Lula e o processo eleitoral de 2006. Localizamos cinco momentos, assim particularizados: no primeiro ano, o governo apresenta uma avaliação aparentemente boa que começa a tornar-se negativa no início de 2004, voltando a melhorar no segundo semestre daquele ano. Sofre novo impacto negativo coincidente com a crise do chamado “mensalão” e volta a melhorar no início de 2006, mantendo-se positiva, principalmente, até o segundo turno quando chega aos mais altos níveis de avaliação positiva. Nossa hipótese é a de que vários fatores materiais e simbólicos (relacionados à sociedade, ao Estado, à mídia, à história do Presidente Lula e do Partido dos Trabalhadores (PT) e às ações do governo e das oposições) influenciaram esta avaliação ondulante e relativamente positiva. Porém, limitada e refletindo um apoio passivo e um comportamento político que combina principalmente o voto por valores com uma racionalidade pragmática, em uma situação de baixa motivação emocional<sup>1</sup>.

\* Professor do Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais e do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Endereço eletrônico: jorgealm@uol.com.br.

1 Este trabalho faz parte de uma pesquisa mais ampla que começa com o início do governo Lula e resgata livremente os resultados de outros já apresentados nos congressos da International Association for Media and Communication Research (Iamcr) (ALMEIDA, 2004) e da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciências Sociais (Anpocs) (ALMEIDA, 2004; 2006).

Trabalhamos com dados das “representações sociais da política” presentes nas chamadas “pesquisas de opinião”, realizadas por diversos institutos nacionais, relacionando-os com os fatos conjunturais. Preferimos usar o conceito de “representações sociais da política”, pois não podemos dizer que os dados que as chamadas “pesquisas de opinião” captam sejam exclusivamente “opiniões” – no singular ou no plural, públicas ou privadas, impostas ao público, consolidadas ou apenas identificadas como um estado passível de mudanças.

Essas pesquisas e sondagens captam também atitudes, intenções, audiência e frequência da mídia, imagem de políticos, popularidade de líderes, interesses, comportamentos, questões morais e éticas, boatos, emoções, medos, rejeições, simpatias, antipatias, gostos e outras preferências ou rejeições subjetivas de difícil definição.

Portanto, em uma pesquisa chamada “de opinião política”, mais do que opiniões, o que está sendo captado são as “representações sociais da política” (ALMEIDA, 2005). Representações que, especialmente em situações de instabilidade política e político-eleitorais, não podem ser encaradas como definitivamente realizadas, pois estão em permanente disputa. Assim, mesmo a leitura dessas pesquisas não pode ser feita de forma isolada, mas, preferencialmente, de modo combinado, sequencial e em relação com o contexto político (das movimentações no Estado e na sociedade civil, da situação econômica etc.) e com as reservas políticas, ideológicas, organizativas, midiáticas e materiais das forças políticas em disputa (MINAYO, 2002; MOSCOVICI, 2003).

## **2. As situações social e econômica e a imagem do governo em 2003**

O governo Lula foi eleito para mudar a política econômica e a situação social do país, mas, a continuidade da política anterior passou a ser sua principal característica em 2003 (FILGUEIRAS, 2003; OURIQUES, 2003; PAULANI, 2004). O alto superávit primário

de 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB); a manutenção de juros altos; uma taxa de câmbio flutuante para facilitar a entrada e a movimentação de capitais especulativos; o corte de R\$ 14 bilhões do orçamento da União são alguns exemplos. Como consequência, temos recessão, crescimento da pobreza e aumento do desemprego, que chegou a 12,6%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), atingindo índices superiores aos de 2001 e 2002 – Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade). O PIB, em 2003, teve uma queda de 0,2%, enquanto a promessa de campanha tinha sido de 5% de crescimento ao ano. O desemprego médio (IBGE), foi de 12,3%, ou seja, 1,8% a mais do que os 10,5% herdados de Fernando Henrique Cardoso (FHC). As políticas sociais, além da destinação de poucos recursos e da desorganização e baixa racionalidade gerencial durante o primeiro ano de governo, acabaram sendo focalizadas e essencialmente compensatórias (BOITO, 2003; SOARES, 2003).

Apesar disto, a imagem do governo, no seu primeiro ano, de acordo com os dados das chamadas “pesquisas de opinião”, era principalmente positiva e muito semelhante à de FHC no seu primeiro ano de governo (1995). Ambos em torno de 40% de avaliação positiva (ótimo e bom) e 40% de regular (tabelas 1 e 2).

Pelo Datafolha, a avaliação positiva do governo Lula foi de 43% em março de 2003 e 42% em dezembro. No Sensus, em janeiro de 2003, era 57%, caindo para 52% em março daquele ano e para 41% em dezembro. Já no Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope), a avaliação positiva caiu de 51%, em março, para 41%, em dezembro. Os índices de avaliação negativa (ruim e péssimo), no início de 2003, estavam próximos a zero (3% no Datafolha de dezembro de 2002 e 2% no Sensus de janeiro de 2003). Chegaram, em dezembro, a 12% (Sensus), 15% (Datafolha) e 14% (Ibope).

TABELA 1 – EVOLUÇÃO DA AVALIAÇÃO DO GOVERNO LULA (EM % – DEZ.2002 A DEZ.2006)

DATA	ÓTIMO + BOM	REGULAR	RUIM + PÉSSIMO	NÃO SABE
9 a 11.dez.2002*	76	16	3	4
31.mar a 1.abr.2003	43	40	10	7
24 e 25.jun.2003	42	43	11	4
20 a 22.ago.2003	45	42	11	3
28 e 29.out.2003	42	44	11	3
8 a 12 e 15.dez.2003	42	41	15	2
1.mar.2004**	38	43	17	2
17 a 19.ago.2004	35	45	17	3
14 a 17.dez.2004	45	40	13	1
31.mai e 1.jun.2005	35	45	18	1
16.jun.2005	36	44	19	1
21.jul.2005	35	40	23	1
10.ago.2005	31	41	26	1
20 e 21.out.2005	28	42	28	2
13 e 14.dez.2005	28	41	29	1
1-2.fev.2006	36	39	23	1
20-21.fev.2006	37	39	22	1
16-17.mar.2006	38	38	23	1
06-07.abr.2006	37	38	23	1
23-24.mai.2006	39	37	22	1
17-18.jul.2006	38	40	21	1
07-08.ago.2006	45	36	18	1
21-22.ago.2006	52	31	16	1
29.ago.2006	48	36	16	1
04-05.set.2006	48	33	18	1
11-12.set.2006	46	35	18	1
18-19.set.2006	48	34	18	1
22.set.2006	46	34	18	1
27.set.2006	47	34	17	1
6.out.2006	49	33	17	1
10.out.2006	49	33	17	1
16-17.out.2006	51	33	15	1
23-24.out.2006	53	31	15	1
13.dez.2006	52	34	14	1

**FONTE:** Datafolha (s/d).

**NOTAS:**

1. Pergunta: Na sua opinião, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva está fazendo um governo ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo?

2. \* Expectativa

3. \*\* Por ter ficado um longo período sem realizar pesquisas, o Datafolha não captou os momentos mais difíceis do governo Lula no primeiro semestre de 2004, que foram melhor identificados pelo Ibope (apenas 28%, no final de março) e Sensus (29% em junho).

TABELA 2 – AVALIAÇÃO DO GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1995)

RESPOSTA	21-23.MAR.1995	20-22.JUN.1995	18.SET.1995	12-15.DEZ.1995
Ótimo/bom	39	40	42	41
Regular	40	40	39	40
Ruim/péssimo	16	17	15	15
Não sabe	5	3	4	4

**FONTE:** Datafolha (s/d).

**NOTAS:**

1. Pergunta: Na sua opinião, o presidente Fernando Henrique está fazendo um governo ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo? (respostas em %).
2. Metodologia: Todas as pesquisas acima são de abrangência nacional, com eleitores de todos os estados e do Distrito Federal.

Pesquisa Sensus (2 a 4 de dezembro de 2003) demonstra que o “desempenho pessoal do Presidente” teve a sua aprovação diminuída de 84% (janeiro de 2003) para 70%, e a desaprovação passou de 7% para 21% no mesmo período. Ou seja, houve uma queda, mas o presidente manteve uma posição confortável.

Já a análise segmentada da avaliação do governo e de sua ação setorial mostrava resultados mais complicados. O Datafolha apontava índices de aprovação mais baixos nas capitais, e os dados do Ibope indicavam que o que vinha impedindo uma avaliação média pior eram os melhores resultados nos municípios menores e no eleitorado de renda e escolaridade mais baixa. Paralelamente, já havia um aumento relativo, entre os que tinham avaliação negativa, daqueles que achavam que o governo Lula estava “péssimo”.

A avaliação sobre as situações econômica e social também foi tornando-se negativa. Em dezembro de 2003 (Sensus), 32% consideravam que sua renda mensal diminuiria e apenas 12% que aumentara (para 52%, permanecera igual). Consideraram que era uma “hora ruim” para comprar bens duráveis 75% do público. Para 36%, a situação da saúde havia piorado (contra 27% dos que achavam que havia melhorado); para 62%, a pobreza havia piorado; a violência havia piorado para 84%; a corrupção aumentara para 26%, tendo diminuído para 20% e se mantido igual para 47%. Uma leitura atenciosa deste conjunto de dados deve considerar que as avaliações do tipo “ficou igual” ou “se manteve como estava”, como regra geral, exprimem uma posição crítica, pois a maioria já tinha

uma avaliação negativa sobre estas questões no final do governo anterior. O único índice que aparenta melhora é o de educação (41% de “melhorou” contra 23% de “piorou”).

No semestre anterior, o “emprego diminuiu” para 63%. E, para 44%, em dezembro de 2003 o desemprego era maior do que no governo de FHC (sendo menor para 24%). Há, entretanto, um empate técnico entre os que consideravam que as políticas para diminuir o desemprego eram adequadas (43%) ou inadequadas (39%). Porém, o principal responsável pelo desemprego, em agosto de 2003, ainda era FHC, sendo considerado responsável exclusivo por 40%, enquanto a responsabilização exclusiva de Lula era de apenas 9%. Mas, outros 12% responsabilizam a ambos, o que eleva a responsabilidade de FHC para 52% e a de Lula para 21%. Quanto à política externa, vitrine do governo Lula e peça destacada do seu *marketing*, a avaliação era positiva, e 52% afirmam que a “influência do Brasil no mundo” é maior do que no governo FHC (17%).

Apesar de uma avaliação mais negativa na maioria dos itens expostos, quanto a uma genérica avaliação do ano de 2003, 41% consideravam que aquele tinha sido “melhor do que o ano de 2002”, enquanto 25% o consideraram “pior” e 33% “igual”. Na leitura desses dados, entretanto, há de se considerar que 2002 não era um ano bem avaliado, o que levou, inclusive, à derrota do partido do Presidente FHC e a uma avaliação bem negativa no final de sua gestão<sup>2</sup>. Portanto, essa maioria relativa de 41% de “melhor” deve ser interpretada cautelosamente, pois a soma de “pior” com “igual” chega a 58%.

Quanto à expectativa para os “próximos seis meses”, os dados apresentados são mais otimistas para renda, emprego, saúde, educação e pobreza. Só em relação à violência não há otimismo: para

---

2 Quanto à avaliação do governo FHC, vemos que, entre março e julho de 2002, há um certo equilíbrio entre as avaliações negativas (ruim e péssimo) e as positivas (ótimo e bom). Em 11 de março, 29% de positivo e 27% de negativo. Em 14 de abril, 32% de negativo e 26% de positivo. Em 7 de julho, empate técnico. A partir daí, abre-se um período sem volta de predomínio nítido das avaliações negativas (30% a 22%, em 14 de julho) que se amplia depois do início do Horário Eleitoral Gratuito na TV (Hegtv) e rádio (32% a 24%, em 19 de agosto, e 37% a 21%, em 30 de setembro) (ALMEIDA, 2003a).

43% vai piorar (contra 29% de “vai melhorar”). Em julho de 2003, enquanto a avaliação positiva do governo era de 46%, a expectativa positiva de seu desempenho futuro era de 65%.

Assim, a maioria da população apresentava uma avaliação subjetiva crítica sobre as situações econômica e social no primeiro ano, mas mantinha altas taxas de esperança de que quase tudo iria “melhorar”. Assim, ao mesmo tempo em que a expectativa de futuro ancorava uma boa avaliação do momento também acarretava uma grande responsabilidade e a possibilidade de frustração (e queda futura de avaliação), caso não ocorressem mudanças. Nessa lógica, para 74%, o ano de 2004 seria “melhor do que o atual de 2003”.

Os dados mais relacionados à imagem do presidente foram investigados pelo Datafolha de 2 de março de 2004, quando a avaliação positiva do governo tinha obtido ligeira queda para 38%. Os dados mais pessoais eram positivos e mantinham estabilidade. Lula era “simpático” (86%), “humilde” (85%), “moderno” (71%), “inteligente” (65%) e “democrático” (63%). Outros mostraram queda em relação à pesquisa de um ano antes (março de 2003): “sincero”, de 81% para 73%; “decidido”, de 76% para 65%; “trabalha muito” de 70% para 55%; “respeita mais os pobres que os ricos”, de 70% para 59%, mas todos apresentavam índices positivos acima de 50%.

Em 2003, a oposição conservadora pouco se manifestou, pois apoiava a essência da política econômica do governo, a qual também tinha o respaldo da grande mídia. As críticas vieram da parte dos movimentos sociais e servidores públicos — especialmente por causa da reforma da previdência — e da esquerda do PT. No final do ano, ocorreu sua primeira dissidência, com a expulsão da senadora Heloísa Helena e de três deputados federais.

### 3. Elementos da situação no início de 2004

O ano de 2004 inicia-se com uma tendência de queda nas avaliações do governo, um reflexo da exposição, na vida cotidiana e na mídia, dos resultados da política econômica e social aplicada em 2003 (BORGES NETO, 2005). Essa situação prolonga-se durante o primeiro semestre de 2004.

A oposição de direita ficou no dilema entre apoiar a política econômica (com a qual concordava no essencial), atacar Henrique Meireles – Presidente do Banco Central (BC) – e a necessidade de fazer oposição ao governo para melhorar sua performance nas eleições municipais de 2004. Ela alimenta-se, em parte, de erros cometidos pelo governo. Depois de ter capitalizado o baixo reajuste do salário mínimo, teve dificuldade de encontrar um eixo e centrou seus ataques no “autoritarismo” do governo; na “corrupção” e na “incompetência administrativa”. Todavia, sem condições de fazer uma oposição de mérito à política econômica e às contra-reformas institucionais, pois estas já se enquadravam dentro dos seus próprios parâmetros liberais.

Nos movimentos sociais – apesar de mais ativos do que em 2003; das várias greves parciais e movimentos salariais do setor privado, do funcionalismo federal e de vários estados e municípios; do movimento indígena; dos sem teto –, são os sem terra que continuaram sendo o principal grupo a ocupar espaço. Trata-se de movimentos que se relacionam ao PT, apoiaram Lula para presidente e assumiram uma posição crítica em relação ao governo, mas que, de modo geral, não chegaram a uma postura de oposição. As críticas dos setores da esquerda que se mantiveram no PT também se desenvolvem, e os parlamentares expulsos no final de 2003 começam a articular um novo partido.

O Sensus, que fez sondagens mais regularmente, não captou todos os momentos porque, em maio, realizou a pesquisa nos dois dias imediatamente seguintes ao programa nacional do PT em TV e Rádio, o que, provavelmente, deve ter elevado temporariamente a aprovação do governo Federal. Captou uma tendência de queda, mas os valores mais baixos de aprovação (29%) só apareceram na pesquisa de junho desse instituto. Já o Datafolha, depois de março, só começou fazer pesquisa em agosto, quando o governo já estava em recuperação parcial de sua imagem (35% de aprovação). O Ibope foi aquele que captou melhor os índices de queda desde o final de março (28% de aprovação).

Em 2004, a avaliação de Lula começa herdando os patamares ainda altos de 2003 (40%), mas já indicando uma queda que chega a 28% de positivo no final de março (Ibope) e 29% em junho (Sensus),

com recuperação em agosto. A avaliação nas maiores cidades e no Sudeste continua piorando (Datafolha, 2 de março) mantendo-se o perfil de melhores resultados nos municípios menores, no Nordeste e entre os eleitores de baixas renda e escolaridade.

Outro elemento que se agravou foi o aumento relativo, entre os que tinham avaliação negativa, daqueles que achavam que o governo Lula estava “péssimo”. Outros dados também apresentavam o mesmo sentido negativo. Segundo o Ibope de 25 de março de 2004, 46% acham que o “Brasil está no rumo errado” e 40% que “está no rumo certo”. Em junho de 2003, as respostas tinham sido, respectivamente, 21% e 68%. Quanto à avaliação pessoal da maneira do Presidente Lula governar, ainda era relativamente alta (54% de aprovação contra 39% de desaprovação). Já estava, no entanto, em situação de empate técnico nos municípios de mais de 100 mil eleitores, nas regiões metropolitanas (RMs), no Sudeste e entre os eleitores de mais de dez salários mínimos (SMs). Além disso, era grande e rápida a tendência de queda. Um ano antes (março de 2003), 75% aprovavam e apenas 13% desaprovavam. Somente entre dezembro de 2003 e março de 2004, a diferença entre aprovação e desaprovação caiu 26 pontos, de 41% para 15%, e para 9% em junho.

Em 31 de março (Ibope), 53% já apontavam que o “Brasil está no caminho errado” (contra 36% dos que acham que “está no caminho certo”).

Em pesquisa realizada em maio (Sensus), quando perguntados sobre “qual desses sentimentos é o que mais reflete o que o (a) sr. (a) sente pelo presidente Lula?”, as respostas foram: confiança, 31%; compreensão, 21%; satisfação, 6%; decepção 23%; desconfiança, 12%; rejeição, 4%. Consideraram-se beneficiados por algum “programa social do governo, como o Bolsa-Escola, Fome Zero, Primeiro Emprego, Bolsa-Família, Vale Gás ou Banco do Povo” 16% dos entrevistados; 36% disseram conhecer algum beneficiado e 48% não conheciam beneficiados. Sobre “o aumento do salário mínimo de R\$ 240,00 para R\$ 260,00”, 82% o considerou “baixo e inadequado”; 8%, “alto”; 8%, “nem alto, nem baixo”. Responderam favoravelmente à “reserva de cotas de vagas para negros nas universidades públicas” 61% (contra 29% contrários).

O principal responsável pelo desemprego ainda é FHC. Porém, entre agosto de 2003 e março de 2004, esta responsabilização exclusiva caiu de 40% para 32%, enquanto a responsabilização exclusiva de Lula subiu de 9% para 18%. Outros 16%, contudo, responsabilizam a ambos, o que eleva a responsabilidade de FHC para 48% e a de Lula para 34% (em agosto de 2003 era de 52% para FHC e de 21% para Lula).

Mesmo a política externa, vitrine principal do governo Lula, começava a ser questionada e teve uma avaliação com exatos 40% de “condução adequada” e “condução inadequada”, e 55% posicionaram-se contrários ao envio de tropas brasileiras ao Haiti, enquanto 32% eram favoráveis. Em fevereiro, 64% mostraram-se favoráveis aos novos e mais rigorosos procedimentos de identificação dos turistas norte-americanos.

Em junho (Sensus), quando Lula já aparece com uma queda para 28% de aprovação, 59% consideram que o governo “tem feito menos do que poderia”. Também em junho, o Ibope identificava que, nas capitais e municípios com mais de 100 mil eleitores, a avaliação negativa superava a positiva. A “aprovação” geral da “maneira como o Presidente Lula da Silva vem administrando o país” cai para cerca de 50%.

Entretanto, a maioria ainda o considerava “melhor do que o de FHC” (42%) contra 26% de pior. Aqui, porém, os 29% de “igual” também podem ser lidos como avaliação principalmente negativa (considerando a avaliação final do governo FHC).

Até mesmo as esperanças estão em baixa, em junho de 2004. Para 55%, a inflação iria aumentar nos seis meses seguintes, enquanto, para 12%, ela diminuiria. O desemprego aumentaria, de acordo com a opinião de 55% dos entrevistados, contra 19% que acreditavam que ele poderia diminuir. Para 32% do público, a renda das pessoas também diminuiria (contra 23% que achavam que aumentaria).

Os assuntos sobre os quais o governo Lula “vem obtendo melhores resultados” são (com duas indicações por entrevistado): combate à pobreza (34%), saúde (12%), educação (12%), combate à corrupção (11%), agricultura (10%), combate à inflação (10%). Não indicaram nenhum assunto 23% dos entrevistados. Já os “piores re-

sultados” estão no desemprego (41%), saúde (21%), combate à fome (16%), combate à violência (29%), combate à inflação (10%). Apenas 11% não indicaram nenhum assunto. A maioria também desaprova a atuação do governo nas áreas de “taxas de juros” (66%), desemprego (67%), segurança pública (64%). Foi identificado um empate técnico nas “áreas social, de saúde e educação” e 54% de aprovação no combate à fome e à pobreza (contra 42% de desaprovação). Quanto às principais tarefas do governo para 2004, despontam “promover crescimento e emprego” (55%) e “melhores salários” (24%).

Em uma simulação para as eleições a Presidente da República (Ibope), Lula obteve 30%, Serra, 25%; Ciro, 10%; Garotinho, 10%; Heloisa Helena, 3%, César Maia, 2%; Brancos e Nulos (B/N) 12%; Não Sabem e Não Responderam (NS/NR), 8%. Contra FHC, Lula obtinha 33%; e o ex-Presidente, 16%.

Desses três primeiros semestres de mandato, fica a análise de que o governo Lula deixa de ser avaliado fundamentalmente por critérios de valores (ideológicos ou simbólicos) e pela esperança que gera e passa a ser avaliado também com base em seus resultados concretos para a vida do povo. Desse modo, fundamenta-se em uma racionalidade pragmática e em uma comparação com os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, especialmente o segundo, mais recente e mais negativo (ALMEIDA, 2004).

#### **4. De meados de 2004 a meados de 2005: a retomada do “crescimento” na economia e nas sondagens**

No segundo semestre, há uma “retomada do crescimento econômico”, com um aumento moderado do PIB melhorando o quadro conjuntural. Segundo o Seade/Dieese, na RM de São Paulo, o desemprego caiu, em julho de 2004, para 18,5%, contra 19,7%, em julho de 2003. Os casos de suspeita de corrupção envolvendo elementos do Banco Central (BC) e do Banco do Brasil (BB); o problema da contribuição do BB para a sede do PT; a cassação do Governador petista de Roraima; o comportamento injustificável do PT na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banestado – em um quadro de melhora da situação econômica e do emprego – não

foram muito considerados pela maioria do povo. O caso Waldomiro e a relação de José Dirceu com ele acabaram sendo esquecidos – comportamento já verificado em outros casos estudados no mandato de FHC (ALMEIDA, 1998; 2002).

De acordo com o Sensus, a avaliação positiva de Lula volta a subir em agosto, chegando a 38% (com regular de 41% e negativa de 18%). O Datafolha e o Ibope também vão apresentar uma recuperação da imagem do presidente, que chegará, em dezembro de 2004, com 45% (Datafolha). Isto vai ser observado durante todo o segundo semestre de 2004, inclusive durante o período da campanha eleitoral municipal daquele ano, apesar de o PT ter tido um resultado mais negativo do que positivo. Esse processo prolongou-se até meados dos anos de 2005, quando começam as denúncias que vão desencadear o caso que ficou conhecido como “mensalão”, e volta a crescer a desaprovação ao seu governo.

A avaliação das ações setoriais do governo, no entanto, mesmo quando o parecer geral é positivo, continua sendo mais negativa do que positiva. Segundo o Sensus, para aqueles que foram perguntados sobre o percurso do governo nos seis meses anteriores, 31% achavam que a renda mensal havia diminuído, enquanto, para 16%, ela havia aumentado. A saúde havia piorado para 37% (contra 28% que achavam que ela havia melhorado); já a pobreza “piojou (62%) mais do que melhorou (10%)”. A violência piorara para 84% e melhorara somente para 5%. Apenas a educação teve uma avaliação positiva: 38% viram uma melhora e 27%, uma piora.

As esperanças, porém, são parcialmente retomadas: para 38%, a renda “aumentar” nos próximos meses (contra 15% de “vai diminuir”). Quanto às promessas de Lula, a avaliação é crítica: para 55%, ele não está cumprindo as promessas (eram 34% em agosto de 2003) e para 37%, ele as está cumprindo (eram 58% em agosto de 2003).

Há um empate técnico na avaliação da condução da economia: “inadequada”, para 42%, e “adequada”, para 39%. O mesmo ocorre sobre o “desenvolvimento da área social”: “adequada”, para 41%, e “inadequada”, para 40%. Idem para a “condução política”, também empatada dentro da margem de erro (de 3%): “inadequada”, para 41%, e “adequada”, para 35%.

Enfim, quando perguntados como estão sendo conduzidas “de maneira geral as ações do governo federal na solução dos problemas do país”, 44% responderam “de modo ineficaz”, contra 36%, “de modo eficaz”. Informados de que “a imprensa tem noticiado o aumento das atividades econômicas e a diminuição do desemprego”, os entrevistados responderam que isso se deve ao governo (19%), ao mercado (10%) e ao governo e ao mercado (21%). Porém, 35% responderam não estar havendo aumento da atividade econômica nem diminuição do desemprego.

Para 66%, o “desempenho da economia nos últimos dois meses” não havia melhorado a sua qualidade de vida, mas, para 46%, ainda iria melhorar (enquanto, para 40%, tampouco iria melhorar).

Sobre as eleições de 2004 (Sensus), 36% afirmaram que “não votariam de jeito nenhum” em um candidato apoiado por Lula; 10% afirmaram que “só votariam” em um candidato apoiado por Lula; e 24% disseram que “poderiam votar”; finalmente, 26% disseram que o seu voto dependeria do conhecimento dos candidatos. São dados piores para Lula e o PT do que os de maio de 2004. A intenção de voto para Presidente indicava: Lula, 34%; Ciro, 15%; Garotinho, 14%; Alckmin, 12%; indecisos/brancos/nulos, 24%. A preferência partidária (espontânea) foi a seguinte, em agosto: Partido dos Trabalhadores (PT), 13%; Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), 6%; Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e Partido da Frente Liberal (PFL), 2%. Nenhum outro obteve 2%; é um índice relativamente baixo para o PT. A melhora da situação econômica, entretanto, acabou diminuindo a derrota política que o PT sofreu nas eleições municipais daquele ano<sup>3</sup>.

3 Fazendo um breve registro, apesar de o PT ter aumentado o número geral de vereadores e prefeitos, esse crescimento deu-se em cidades menores. O partido passou a governar cerca de metade da população e prefeituras com 1/3 do orçamento. Politicamente, duas grandes e principais derrotas onde já estava governando: São Paulo, maior cidade do país, e Porto Alegre, maior vitrine petista e mais longeva administração municipal do partido. Ademais, o PT só alcançou cerca da metade das metas eleitorais (para vereadores e prefeitos) definidas por seu Grupo de Trabalho Eleitoral (GTE) nacional. Este resultado, negativo política e qualitativamente, não foi pior eleitoralmente devido a uma recuperação da imagem do governo federal e do PT na reta final da campanha.

Durante este período, temos também interessantes dados que expressam os limites do apoio recebido pelo governo Lula, quando os entrevistados eram perguntados sobre os setores sociais mais beneficiados e mais prejudicados. Entre 24.6.2003 e 31.5.2005 (Datafolha), as respostas dadas sempre indicam que os trabalhadores são os mais prejudicados e sempre muito pouco beneficiados pelo governo. Depois de dois anos e meio (quando a crise do “mensalão” ainda não havia assumido a proporção que posteriormente teve, e Lula detinha 35% de avaliação positiva contra 18% de negativa), os “mais beneficiados” apareciam nesta ordem: políticos (29%), bancos (24%), agricultura (11%), indústria (9%), “trabalhadores de um modo geral” (5%), comércio (5%) e serviços (3%). Enquanto isso, os trabalhadores aparecem como os “mais prejudicados” (27%) seguidos da agricultura (15%), do comércio (14%), serviços (14%), indústria (7%), políticos (3%) e bancos (2%).

## **5. Segundo semestre de 2005: a crise do “mensalão” e a nova queda na avaliação**

O ano de 2005 trouxe de volta notícias negativas na economia, que novamente concretizaram baixos índices de crescimento no final do ano, mantendo-se uma política social compensatória (MARQUES & MENDES, 2005; SOARES, 2003). Além disso, o segundo semestre foi palco da crise do chamado “mensalão”, que se inicia em maio com a proposta de instalação da CPI para investigar os Correios, provocando estremecimentos na base do governo. Sentindo-se ameaçado e abandonado, o Deputado Roberto Jefferson, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB-RJ), deu uma entrevista bombástica à *Folha de S. Paulo* (LO PRETE, 2005), denunciando a existência de uma espécie de fundo ilegal, organizado pelo PT, para pagamentos mais ou menos regulares a um conjunto de deputados que votariam nas propostas governistas. Esse esquema ficou conhecido como “mensalão”. Como um efeito dominó, foram caindo os principais dirigentes nacionais do PT, incluindo o Tesoureiro, o Secretário-geral e o Presidente. O processo atinge também uma série de deputados da base governista, inclusive do PT, sendo alguns forçados a renunciar para evitar a cassação. Poucos são cassados, entre eles,

o próprio Roberto Jefferson. A crise derrubou também os dois mais poderosos ministros da República. Primeiro, o da Casa Civil, José Dirceu, que entregou o cargo, reassumiu o mandato de Deputado Federal e foi cassado pela Câmara. Depois, foi a vez do Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, também afastado sob várias denúncias de corrupção. Esses acontecimentos, além de criarem problemas na base do governo, acirraram a disputa interna no PT, provocando novas dissidências. Entre estas, ocorreu o desligamento de cinco deputados federais e quatro estaduais. Eles participaram, em seguida, da formação do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), liderado pela Senadora Heloísa Helena. Toda a mídia deu ampla repercussão aos acontecimentos e à CPI que foi instalada no Congresso Nacional, contribuindo para um grande desgaste das forças políticas governistas em geral. São, entretanto, mais polêmicas as análises sobre até que ponto a grande mídia atuou em bloco, não somente para desgastar o PT, mas também a figura do Presidente da República. A oposição conservadora procurou capitalizar ao máximo a situação, chegando a falar em impedimento para o Presidente, mas não foi adiante nessa proposta.

Assim, teremos representações sociais conjunturais da política novamente negativas ao governo e ao próprio Presidente. Em 16.06.2005, de acordo com o Datafolha, a sensação de que existia corrupção no governo Lula chegava a 70%, mesmo índice alcançado pelo governo FHC em 14 de maio de 2002, período de maior desgaste deste. Nessas duas datas, a opinião da responsabilidade de ambos sobre a corrupção existente era parecida. Para FHC, 84% consideravam que ele tinha muita (33%) ou pouca (51%) responsabilidade, enquanto, para Lula, 82% consideravam que ele tinha muita (29%) ou pouca (53%) responsabilidade.

A sensação de corrupção no governo, no entanto, ainda iria aumentar, chegando a 79% em 21 de julho de 2005 (Datafolha). Nessa data, 67% acreditavam que o “PT pagava o mensalão”, e somente 21% acreditavam que não pagava. Mesmo entre os simpatizantes do PT, 57% achavam que o partido pagava. Entretanto, somente uma minoria (26%) tinha a opinião de que o “desempenho do governo Lula em relação às acusações do mensalão” era ruim ou péssimo. A maioria considerava que esse desempenho era ótimo

ou bom (31%) ou regular (32%). Ou seja, a responsabilidade ficava mais dirigida ao PT do que ao presidente.

O critério de avaliação comparativa entre Lula e FHC, provavelmente com influência na decisão de voto, não era a corrupção, mas aquilo que os eleitores entendiam como sendo uma espécie de “conjunto da obra”, o que continuava favorecendo Lula em um embate contra o ex-Presidente. O resultado desse processo foi que, no final do ano, Lula alcançou suas piores intenções de voto (Tabela 3), chegando a ficar em segundo lugar quando o candidato tucano era José Serra.

TABELA 3 – INTENÇÃO DE VOTO ESTIMULADA (VÁRIOS INSTITUTOS; 2005)

INSTITUTO	DATA	LULA	ALCKMIN	H. HELENA	GAROTINHO	OUTROS	INDECISOS, BRANCOS E NULOS
Sensus	15-17.fev.05	45,2	12,9	-	14,3	6,9	20,7
Sensus	24-27.mai.05	39,1	11,1	3,5	13,6	7,5	25,1
Ibope	9-13.jun.05	40	14	4	14	6	22
Datafolha	16.jun.05	36	15	5	12	8	24
Sensus	5-7.jul.05	38,5	13,9	2,8	12,2	6,3	26,3
Ibope	14-18.jul.05	39	13	3	13	5	27
Datafolha	10.ago.05	32	17	6	13	7	25
Ibope	13-17.ago.05	33	14	5	15	7	26
Sensus	6-8.set.05	32,7	13,1	6,3	13,2	7,6	28
Ibope	8-12.set.05	35	14	6	15	5	25
Ibope	11-13.out.05	33	14	7	15	2	28
Sensus	14-17.nov.05	31,8	15,8	5,8	15,1	4,4	27,1
Ibope	3-7.dez.05	32	20	7	20	1	20
Datafolha	13-14.dez.05	30	22	7	14	4	23

**FONTES:** Datafolha (s/d), CNT-Sensus (2006), Ibope (2006) e Vox Populi (2006a).

**NOTA:** Cristovam Buarque não aparece nas intenções de voto nas pesquisas de 2005. Mantivemos o nome do pré-candidato Garotinho na tabela, apesar de ele não ter tido sua candidatura formalizada, devido à importância relativa das intenções de voto que apresentava.

## 6. Ano de 2006: recuperação na imagem do governo e nova vitória eleitoral

Nenhum dos acontecimentos mencionados acima, entretanto – na ausência de uma alternativa política com força social e legitimidade política acumulada –, foi suficiente para impedir uma nova recuperação da avaliação geral do governo.

O início de 2006 vai apresentar uma nova mudança nas representações sociais da política, reafirmando a importância dos fatores conjunturais na alteração do comportamento do eleitor. Esta situação está ligada a uma nova combinação de fatores direta ou indiretamente favoráveis ao governo. Enquanto há um certo cansaço em torno das denúncias de corrupção, não aparece uma alternativa visivelmente forte. Por um lado, a oposição de direita (especialmente PFL e PSDB) não mostra divergências de fundo com as políticas implementadas. Por outro, a oposição de esquerda (que passa a ser representada principalmente pelo PSOL e a candidatura presidencial da Senadora Heloísa Helena), além de ainda ter frágil implantação social e organização partidária muito limitada, não apresenta uma proposta política mais consistente para ocupar o espaço aberto. Há uma diminuição da exposição negativa e um aumento da exposição positiva de Lula na mídia, por diversos fatores. Alguns gerados a partir do Estado, como o aumento do salário mínimo (que, apesar de aquém das promessas de campanha, foi acima da inflação do período) e do efeito cumulativo de várias políticas sociais. Falamos especialmente das de tipo nitidamente compensatório, como o Bolsa-Família, mas também de outras ações, como a ampliação do financiamento a pequenos produtores rurais, o Luz para Todos, a política de cotas e o Programa Universidade para Todos (Prouni), que, independentemente de uma avaliação de mérito, tiveram um impacto eleitoral positivo para a reeleição. Também houve uma intensificação da publicidade oficial, paga pelo governo federal. Paralelamente, vemos uma exposição negativa maior da oposição de direita com o surgimento de uma série de denúncias também envolvendo várias de suas lideranças em suspeitas de corrupção, que atingiram especialmente o PSDB. Isso tornou público que os dutos de financiamento de campanha e corrupção são os mesmos ou

que os diversos partidos que hoje participam do “bloco de poder” usam as mesmas técnicas e canais. Outro fator, que também pode ser identificado nas sondagens, foi o efeito da exposição pessoal de FHC ao fazer ataques diretos ao PT e a Lula da Silva, o que deve ter favorecido a este último, pois o único dado persistente em todas as pesquisas feitas durante todo o percurso do governo Lula (seja nos momentos em que este esteve bem, seja nos momentos em que esteve mal) é o de que a maioria sempre acha que o governo de FHC foi pior. Além disso, as incertezas e disputas entre candidaturas tucanas, as interrogações quanto à viabilização de uma efetiva candidatura do PMDB e a paralisia de outras candidaturas deixaram Lula sozinho em campanha, usando a máquina do Estado, apesar das suas declarações contrárias.

O Presidente Lula, o PT, o governo e os movimentos sociais que lhes dão apoio, no entanto, ainda têm muitas reservas simbólicas e materiais para usar. Nesse sentido, as ameaças de *impeachment* acabaram favorecendo o governo, pois serviram de mote para manter as direções dos principais movimentos e organizações sindicais e populares (apesar de parcialmente críticos em relação às suas políticas) em torno de sua defesa.

Em função da mudança de projeto político-ideológico pela qual o PT passou – deixando de lado uma perspectiva contra-hegemônica e limitando-se à disputa de espaços dentro do bloco de poder preexistente (GRAMSCI, 1978; PORTELLI, 1987; ALMEIDA, 2003b) – o partido perdeu algumas bases importantes, pelo menos em alguns segmentos, de modo que parece definitivo (ANTUNES, 2004; CARVALHO, 2005; SICSU & MARINGONI, 2005).

A última crise que atingiu a candidatura Lula foi provocada pelo “escândalo dos sanguessugas” e, mais particularmente, ao caso da compra e venda do “Dossiê Vedoin”, que envolveu dirigentes da campanha presidencial de Lula da Silva e do candidato do PT ao governo de São Paulo, Senador Aloísio Mercadante. A prisão de parte dos envolvidos, as denúncias de que a compra do dossiê partiu das coordenações das campanhas petistas e a ampla divulgação massiva de tudo isso por intermédio de todos os órgãos da grande mídia (tendo como clímax a já famosa imagem dos reais e dólares empilhados, apreendidos pela Polícia Federal nas mãos de pessoas

a serviço do PT) acabaram causando um impacto de última hora sobre o eleitorado, podendo ter contribuído com a transferência de uma parte dos votos de Lula para Alckmin; uma pequena parte, mas suficiente para viabilizar o segundo turno<sup>4</sup>.

Entretanto, as diferenças entre a avaliação geral e a da atuação governamental nas diversas áreas continuam presentes, como uma marca do seu governo. Em 14 de agosto de 2006 (Sensus), a avaliação geral positiva do governo Lula é de 43,6, com apenas 15,6% de negativa e 39,5% de regular. Na mesma pesquisa, entretanto, a avaliação da situação da “saúde” (nos últimos seis meses) é negativa: melhorou para 25,4%, ficou igual para 33,4%, e piorou para 39%. A “pobreza” melhorou para 15,9%, ficou igual para 30% e piorou para 52,4%. A “violência” melhorou para 4,1%, ficou igual para 10,4% e piorou para 84,2%. Apenas em relação à “educação” existe uma avaliação predominantemente positiva: melhorou para 37,2%, ficou igual para 33,5% e piorou para 27,2%;

Quanto à renda mensal, esta aumentou para 19,3%, permaneceu igual para 59,3% e diminuiu para 20,3%. Refletindo esse quadro, a grande maioria (60,9%) considerou que era uma “hora ruim” para a compra de bens duráveis, sendo uma “hora boa” para apenas 14,7% (19,8% consideraram “nem boa, nem ruim”).

Em um questionamento sobre a “condução das ações” do governo, 48,4% informaram que estas têm sido conduzidas de “forma ineficaz”, contra 34,7% que concordaram com uma condução “de forma eficaz”. Investigando-se esta condução por grandes áreas, para 46,3%, a “política econômica” tem sido conduzida de “forma inadequada”, enquanto 36% consideraram sua forma “adequada”. Na “área política”: “de forma adequada” foi escolhido por 30,7% e “de forma inadequada” por 49,6%.

Na área social: de forma “adequada”, 39,6% e de forma “inadequada”, 42,7%. Entretanto, os “programas sociais” do governo parecem ter pessoas beneficiadas relativamente bem conhecidas: 15,6%

4 Essa é uma hipótese plausível, mas difícil de ser comprovada com exatidão, pois este fato ocorreu quase ao mesmo tempo da recusa de Lula em comparecer ao debate final entre os presidenciais promovido pela TV Globo, o que também teve repercussão negativa.

dizem-se “beneficiários” e 45,9% informam conhecer “pessoas beneficiadas”, enquanto 37,4% “não conhecem pessoas beneficiadas”.

Em relação às questões relacionadas à corrupção, apenas uma minoria (20,8%) respalda a versão que vinha sendo propalada pelo governo de que a divulgação dos escândalos ocorreu devido a um “aumento da fiscalização do governo federal”. A maioria acha que isso ocorre em função da “investigação por parte da imprensa” (38%) ou por causa da “indignação da população” (28,2%). Há um forte ceticismo, contudo, sobre os efeitos desta divulgação: “não vai ajudar a acabar com a corrupção” foi escolhido por 49,1% e “vai ajudar a acabar com a corrupção” por 42,3%.

Os casos de corrupção “noticiados” na mídia, porém, foram vistos como mais vinculados ao Congresso Nacional (30,8%), ao PT (18,3%) e ao “governo” (18,3%) do que diretamente ao “Presidente Lula” (17,8%). A cobertura da crise política feita pelos meios de comunicação foi considerada “eficiente/adequada” por 65,7% contra 23,1% que a consideraram “ineficiente/inadequada”. Nesse quadro, 33,1% responderam que “acreditam sempre” nas notícias veiculadas, contra apenas 7% que “não acreditam” e 55,8% que “acreditam em parte”.

A esperança mantém-se alta. Sobre a “expectativa de renda mensal para os próximos seis meses”, as respostas foram: “vai aumentar” (40,7%), “vai permanecer igual” (44,4%) e “vai diminuir” (8,8%).

TABELA 4 – INTENÇÃO DE VOTO ESTIMULADO NO PRIMEIRO TURNO (VÁRIOS INSTITUTOS; 2006)

INSTITUTO	DATA	LULA	ALCKMIN	HELOISA HELENA	CRISTOVAM	OUTROS	INDECISOS, NULOS E BRANCOS
Ibope	12-16.jan.2006	41	18	10	2	4	25
Datafolha	1-2.fev.2006	40	21	9	1	7	22
Sensus	6-9.fev.2006	42,2	17,4	5,1	-	14,1	21,1
Datafolha	20-21.fev.2006	45	20	8	1	4	22
Ibope	8-11.mar.2006	46	22	8	-	2	22
Datafolha	16-17.mar.2006	43	25	8	1	7	16
Datafolha	06-07.abr.2006	43	23	7	1	8	18
Sensus	18-21.maio.2006	42,7	20,3	8	0,5	4,5	23,9
Datafolha	23-24.maio.2006	45	22	7	1	7	18

## Evolução de imagem do governo Lula e comportamento eleitoral em 2006

Jorge Almeida

Dossiê

Vox Populi	27-28.mai.2006	49	23	6	1	3	17
Ibope	28-31.mai.2006	48	19	6	1	2	23
Ibope	5-7.jun.2006	48	19	6	1	1	24
Vox Populi	23-24.jun.2006	45	32	5	1	-	17
Datafolha	28-29.jun.2006	46	29	6	1	1	16
Sensus	4-6.jul.2006	44,1	27,2	5,4	1,4	1,9	20
Vox Populi	8-12.jul.2006	42	32	7	1	-	18
Datafolha	17-18.jul.2006	44	28	10	1	1	15
Ibope	22-24.jul.2006	44	27	8	1	1	18
Ibope	29-31.jul.2006	44	25	11	1	1	18
Sensus	1-4.ago.2006	47,9	19,7	9,3	0,6	1,3	20,9
Datafolha	7-8.ago.2006	47	24	12	1	1	14
Ibope	15-17.ago.2006	47	21	12	1	1	17
Datafolha	21-22.ago.2006	49	25	11	1	1	13
Sensus	22-25.ago.2006	51,4	19,6	8,6	1,6	1	17,7
Vox Populi	26-27.ago.2006	50	25	9	2	-	14
Datafolha	29.ago.2006	50	27	10	1	-	12
Ibope	29-31.ago.2006	48	25	9	1	1	16
Datafolha	4-5.set.2006	51	27	9	1	1	10
Ibope	5-7.set.2006	48	27	9	1	1	14
Datafolha	11-12.set	50	28	9	1	1	10
Datafolha	18-19.set.2006	50	29	9	2	1	9
Ibope	18-20.set.2006	49	30	9	2	1	9
Datafolha	22.set.2006	49	31	7	2	1	10
Ibope	20-22.set	47	33	8	2	1	9
Sensus	22-24.set.2006	51,1	27,5	5,7	1,4	0,9	13,5
Ibope	24-26.set.2006	48	32	8	2	1	9
Datafolha	27.set.2006	49	33	8	2	-	7
Datafolha	29-30.set.2006	46	35	8	2	-	9
Votação total	01.out.2006	44,52	38,13	6,27	2,42	0,24	8,41
Votos válidos	01.out.2006	48,61	41,64	6,85	2,64	0,26	-

**FONTES:** Datafolha (s/d), CNT-Sensus (2006), Ibope (2006) e Vox Populi (2006a).

De acordo com o Datafolha de 27 de setembro de 2006 (em um momento em que, dentro do total de eleitores, Lula alcança 49%, Alckmin, 33%, e Heloísa Helena, 8%), as características socio-

demográficas das intenções de voto estimulado em Lula no final do primeiro turno são as seguintes: com pequena diferença, dentro da margem de erro, entre homens e mulheres e nas diversas faixas de idade; significativamente diferente entre os eleitores de escolaridade fundamental (55%), média (47%) e superior (34%) – na qual Alckmin obtém 39% e Heloísa Helena 13%; significativamente diferente entre os eleitores de renda familiar até dois SMs (58%), dois a cinco SMs (47%), de cinco a dez SMs (34%), e mais de dez SMs (31%) – nas duas últimas faixas, Alckmin obtém respectivamente 42% e 45% e Heloísa Helena 13% e 12%; significativamente menor nas regiões Sudeste e Sul e maior no Nordeste e Norte/Centro-Oeste – nas quais Alckmin obtém resultados inversos<sup>5</sup>. É um perfil sociodemográfico de voto relativamente coerente com o das avaliações positivas do governo durante todo o mandato.

## 7. O segundo turno e a consolidação do comportamento político predominante durante o governo

Durante o segundo turno, as intenções de voto sofreram rápidas e importantes alterações, com um crescimento de Lula da Silva e queda de Alckmin (ver Tabela 5). Essas alterações concentraram-se entre os dias 6 e 16 de outubro, quando a diferença pró-Lula passou de 7% para 19%, mantendo-se neste patamar até a votação final (mais 20,35%)<sup>6</sup>. Dentro de um deslocamento de votos “anti-Alckmin-FHC”, a questão das privatizações teve destaque, logo a partir de uma provocação da candidatura de Lula no primeiro debate, na TV Bandeirantes, contra Alckmin. Este tema foi introduzido a partir de uma decisão de estratégia de *marketing*, pensada pelo

5 Entretanto, é preciso destacar que estes dados podem ter sofrido alterações até o dia das eleições, pois houve uma tendência de queda nas intenções de voto em Lula. Em 29 de outubro de 2006, este obteve 3% a menos (46%) e seu resultado eleitoral definitivo foi de 44,52%.

6 Esse deslocamento foi, todavia, em grande parte, uma reacomodação do eleitorado mais volúvel que havia migrado de Lula para Alckmin no final do primeiro turno.

marqueteiro de Lula da Silva, João Santana. Serviu para capitalizar “votos úteis” “anti-PSDB-FHC-Alckmin”, dentro de um discurso de que a vitória deste último traria uma nova onda de privatizações como no governo de seu antecessor tucano. Foi uma tática realizada – independentemente das posições e pretensões do candidato sobre o assunto das privatizações – em função da identificação, em pesquisas, de que existiam altos índices de rejeição popular às privatizações realizadas pelo governo FHC.

Em entrevista à *Folha de S. Paulo*, João Santana informou que esse foi um “tema riquíssimo que foi muito bem pensado”, acrescentando que era um assunto já selecionado para ser usado, mas só se fosse necessário, por ser um tema de “intensa fragilidade e imensa comoção política”. Um tema que poderia, “do ponto de vista tático”, ser usado. Ele identificou esse potencial analisando as pesquisas no primeiro turno: “enxerguei ali um monstro vivo que poderia ser jogado”, disse o “marqueteiro” de Lula (RODRIGUES, 2006).

Não são conhecidos os dados concretos das pesquisas citadas por Santana, mas, ironicamente, encontramos uma pesquisa – realizada em 26 de junho de 2006, pelo Vox Populi (2006b) – que perguntou justamente sobre o programa de privatizações de rodovias que começava a ser implementado pelo governo Lula. Nas respostas, 49% se pronunciaram contrários, 40% a favor e 11% não responderam ou não souberam responder<sup>7</sup>.

Na verdade, esses dados negativos para as privatizações já eram de conhecimento do PT e de Lula da Silva muito antes disso. Mesmo antes do impacto negativo de uma série de privatizações feitas por FHC, já havia uma clara resistência às privatizações no Brasil, pelo menos, desde 1993 (em pesquisas internas, feitas para a campanha presidencial de 1994 do próprio Lula), assim como em pesquisas realizadas pelo Datafolha em julho de 1998 (ALMEIDA,

7 A pergunta era a seguinte: “O governo federal está lançando um programa de privatização de 15 mil quilômetros de rodovias federais, assim como alguns governos estaduais estão fazendo com as rodovias estaduais. De uma maneira geral, você é contra ou a favor a privatização das rodovias?”.

2002), quando 53% disseram-se contrários às privatizações de modo geral e 32% disseram-se favoráveis (ALMEIDA, 1998; 2002).

Mais recentemente, uma pesquisa realizada pelo Datafolha em 2001 (DATAFOLHA, 2001), na época do racionamento de energia que ficou conhecido como “apagão”, identificou que 69% eram contrários às privatizações das empresas de energia elétrica que tinham sido feitas pelo governo FHC. Somente 22% eram favoráveis<sup>8</sup>.

Quanto ao debate da TV Bandeirantes, entre Lula e Alckmin, no segundo turno (domingo, 8 de outubro), pesquisa do Vox Populi (2006c) indicou um empate técnico sobre quem saíra vitorioso (Lula, 23%, e Alckmin, 22%; 52% não responderam)<sup>9</sup>. A pesquisa revelou ainda que o debate foi assistido por 17% (“todo o debate”), outros 17% (“quase todo”) e 10% (“só uma parte”). O Vox Populi perguntou também qual o motivo que teria impedido Lula de vencer no primeiro turno: 41% responderam “não ir ao debate” (da TV Globo, no final do primeiro turno); 36%, “a revelação contra pessoas do PT tentando comprar dossiê”; 10%, “mau desempenho do governo”; 4%, “a falta de apresentação de propostas para o futuro”; 4%, “a boa campanha que Alckmin fez”; além de 6% que não responderam.

Segmentadamente, as características sociodemográficas das intenções de voto estimulado em Lula da Silva, na reta final da campanha (DATAFOLHA, 2006), são: sem diferenças significativas por faixa de idade e entre a população economicamente ativa ou não; ligeiramente acima da margem de erro entre os homens (61%) e menor entre as mulheres (55%); entre os eleitores de escolaridade fundamental (64%), média (56%) e superior (40%) – em que Alckmin obteve 54%; entre os de renda até dois SMs (64%), entre dois e cinco SMs (56%), entre cinco e dez SMs (50%) e mais de dez SMs (38%)

---

8 Resta saber por que o PT e Lula não usaram esta questão em outras campanhas presidenciais desde 1994, quando a posição do partido era oficialmente contra as privatizações, e usou em 2006, quando, no governo, passou a aplicar políticas que podem ser consideradas privatizantes.

9 A pergunta, dirigida tanto aos que assistiram como aos que não assistiram ao debate, foi a seguinte: “Pelo o que você sabe ou ouviu falar e apenas ouviu as pessoas comentarem, qual o candidato que ganhou o debate?”.

– onde Alckmin alcançou 57%; entre os eleitores que se declararam de cor “branca” (50%), “parda” (63%), “preta” (71%), “indígena” (60%) e “amarela” (58%). Assim como no primeiro turno, os resultados finais mostraram também, como regra geral, uma votação maior para Lula nas regiões Nordeste e Norte/Centro-Oeste, estados mais pobres e periferias urbanas. Em relação à primeira pesquisa realizada no segundo turno (em 5 e 6 de outubro de 2006), Lula avança em todos os segmentos, chegando a inverter a situação em alguns daqueles em que obtinha intenções de voto inferiores a Alckmin, como os de escolaridade média, renda entre cinco e dez SMs, e cores branca e amarela.

TABELA 5 – INTENÇÃO DE VOTO ESTIMULADO NO SEGUNDO TURNO DE 2006 (VOTOS TOTAIS; EM %)

INSTITUTO	DATA	LULA	ALCKMIN	BRANCOS E NULOS	INDECISOS
Datafolha	5-6.out.2006	50	43	3	4
Datafolha	10.out.2006	51	40	4	5
Ibope	10-11.out.2006	52	40	4	4
Datafolha	16-17.out.2006	57	38	3	3
Datafolha	23-24.out.2006	58	37	2	3
Sensus	23-25.out.2006	57,5	33,5	3,3	5,9
Ibope	24-25.out.2006	58	35	3	4
Datafolha	27.28.out.2006	58	37	2	3
Ibope	28.out.2006	58	36	3	3
Votação total	29.out.2006	57,15	36,8	6,03	-
Votos válidos	29.out.2006	60,83	39,17	-	-

FONTES: Datafolha (s/d), CNT-Sensus (2006) e Ibope (2006).

## 8. A comparação com o mandato de oito anos de Fernando Henrique Cardoso

Como vimos, as avaliações do governo Lula e da performance do próprio Presidente, por um lado, mesmo que predominantemente positivas, sofreram ondulações e passaram por momentos respectivamente de “empate técnico” e de avaliação negativa maior.

Por outro, a avaliação de ações setoriais e das situações econômica e social do país é predominantemente negativa. Entretanto, há uma questão que sempre aparece mais favorável a Lula da Silva: a comparação do seu governo com o do seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso (Tabela 6).

TABELA 6 – COMPARAÇÃO ENTRE O GOVERNO LULA E O DE FHC (DATAFOLHA)

COMPARAÇÃO DOS GOVERNOS	25.jun.2003	29.out.2003	12.dez.2003	1.mar.2004	17.dez.2004
Melhor	50	55	51	53	54
Pior	13	11	15	16	16
Igual	31	30	31	28	26
Não sabe	6	3	3	3	4

**FONTE:** Datafolha (s/d).

**NOTA:** Pergunta: Na sua opinião, o Presidente Lula está fazendo um governo melhor, igual ou pior do que o governo Fernando Henrique Cardoso?

No final do segundo ano (dezembro de 2004), o governo Lula estava em um momento de avaliação favorável com 45% de positiva e 13% de negativa. Era uma situação confortável diante dos seus antecessores eleitos diretamente. Sempre em datas aproximadas ao segundo ano de mandato, Fernando Collor tinha 15% de avaliação positiva e 48% de negativa (fevereiro de 1992). Itamar Franco, 32% de positiva e 12% de negativa (setembro de 1994). FHC, no primeiro mandato, tinha avaliação muito parecida com a de Lula: 47% positiva e 12% negativa (dezembro de 1996). Mas, ao final do segundo ano do seu segundo mandato (aquele mais presente na memória política popular), apresentava 24% de positiva e 35% de negativa (dezembro de 2000)<sup>10</sup>.

Em todas as simulações de intenções de voto estimulado, a vantagem de Lula sempre era ampla quando o candidato do PSDB era FHC. Em 16/06/2005, por exemplo, momento em que Lula começa a perder apoio logo depois da crise do mensalão, ele obtinha 33% contra 27% de Serra, enquanto obtinha 35% contra 16% de FHC. Logo

<sup>10</sup> Todos esses dados são do Datafolha.

depois (10/08/2005), quando o desgaste do governo aumentava, a diferença de Lula para Serra era de apenas 3%, e para FHC era de 14%. Além disso, Serra (48%) aparecia na frente de Lula (39%) nas simulações de segundo turno. FHC (36%), no entanto, continuava sendo “derrotado” por Lula (45%).

Adicionalmente, como já registrado em passagens anteriores deste artigo, FHC era visto como principal responsável pelo desemprego que continuava existindo durante o governo Lula; apesar da avaliação negativa sobre muitos aspectos no ano de 2003, este ainda era visto como um ano melhor do que 2002. Durante o governo Lula, a influência do Brasil no mundo parecia maior; e a sensação da existência de corrupção e responsabilidade do Presidente Lula sobre ela era muito semelhante àquela de FHC durante o último ano do seu governo.

## 9. Considerações finais

O desenrolar do governo Lula da Silva e das eleições de 2006 é, em grande parte, influenciado pelo processo anterior que levou o PT ao governo federal. A vitória de Lula da Silva em 2002 foi, em primeiro lugar, uma manifestação da situação política, social, econômica e cultural presente na sociedade brasileira desde a luta contra o regime militar. Não por acaso, Lula da Silva apresentou-se como uma alternativa real para a Presidência da República desde as eleições de 1989. Isto foi fruto do acúmulo de médio e longo prazos do bloco de forças populares e democráticas que se articulou historicamente em torno do PT (com as quais vieram se agregar, mais recentemente, novos agrupamentos, de origem e caráter político e ideológico mais contraditório). Lula e o PT foram, por um lado, os principais e mais duradouros símbolos desta esperança nas mudanças. As eleições de 2002 foram o desaguadouro deste processo. Por outro, a conjuntura eleitoral de 2002 foi de crise social e econômica, repercutindo negativamente sobre o governo FHC e a candidatura de José Serra, o que reforçou a necessidade de mudanças e a identificação simbólica de Lula da Silva com esta perspectiva (ALMEIDA, 2002; 2003b). Por sua história, Lula foi apropriando-se do “lugar de

fala”<sup>11</sup> (FOUCAULT, 1972; ORLANDI, 1988) da mudança. Portanto, entender que sua vitória está, principalmente, ligada ao seu “lugar de fala” de pessoa mais indicada para promover as mudanças, e não por sua faceta continuísta, também oferece melhores condições para entender a dimensão das expectativas criadas e o comportamento político durante o governo e as eleições de 2006.

Como vimos, nos quatro anos de governo do Presidente Lula da Silva, as representações sociais da política sofreram importantes alterações conjunturais, relacionadas tanto a elementos de caráter subjetivo e simbólico quanto a elementos objetivos, ligados a questões políticas, econômicas, sociais e éticas. Identificamos cinco “momentos”. No primeiro ano, o governo apresenta uma avaliação aparentemente boa. Esta começa a se tornar negativa no início de 2004, voltando a melhorar no segundo semestre daquele ano. Volta a piorar com a crise do chamado de “mensalão” e torna a melhorar no início de 2006, mantendo-se positiva até o final do ano. Nossa hipótese é a de que vários fatores – materiais e simbólicos, mais permanentes ou conjunturais – influenciaram esta avaliação ondulante. Enfim, o comportamento do eleitor foi tensionado por estes fatores no percurso do governo, mas tendendo a fazer uma avaliação relativamente positiva, especialmente nas circunstâncias do período pré-eleitoral.

Durante 2003, praticamente todos os dados econômicos e sociais, que incidem mais diretamente sobre a vida do povo, pioraram. Entretanto, o governo Lula manteve altos índices de avaliação positiva, os quais estiveram provavelmente mais relacionados ao simbólico (à esperança gerada por sua história e pela do PT) – que, ao lado do desgaste de FHC, foi um grande veículo de sua vitória em 2002 – e à expectativa de solução dos problemas até o final do governo. Neste contexto, a grande mídia pode ter ajudado o governo e a imagem pessoal do Presidente. Esta, sendo melhor do que a do governo, foi utilizada pelo *marketing* como âncora, que trabalhou

---

11 Entendemos o “lugar de fala político-programático” como o lugar discursivo que dá a possibilidade de um ator político entrar em cena com autoridade, qualificação e legitimidade preestabelecida para defender uma causa, assumir uma responsabilidade e tomar uma posição em um determinado contexto histórico (ALMEIDA, 1999; 2003a).

as esperanças no futuro para obter uma aprovação imediata. Note que o governo FHC sustentou seus dados positivos no primeiro ano de sua gestão (1995) baseado em uma melhora relativa e temporária do poder aquisitivo da população, fato identificado em dados objetivos e também aceito subjetivamente pela maioria da população. Portanto, sua aprovação tinha uma explicação diretamente sustentada em uma base material (ALMEIDA, 2002). Não foi este o caso do governo Lula, que teve uma boa aprovação neste período, dentro de uma situação socioeconômica negativa.

Esses resultados negativos, porém – sendo mais percebidos a partir do final do segundo semestre de 2003, com sua divulgação pela mídia –, devem ter contribuído para que, subjetivamente, ficasse evidente, para a maioria da população, que a situação socioeconômica estava difícil. Este quadro acabou refletindo-se em uma avaliação mais crítica do governo no início de 2004. Além disso, o cansaço da espera pelas mudanças; o discurso repetitivo mantendo as promessas e adiando sua aplicação; a retomada da cobrança dos movimentos sociais organizados que, em sua maior parte, mantiveram em 2003 uma postura de cautela; o aumento das contradições na base de apoio parlamentar do governo, inclusive dentro do próprio PT; os atritos dentro do empresariado sobre os rumos da economia e das relações internacionais; o ano eleitoral de 2004, com mais desenvoltura dos grupos de oposição, também contribuíram para alterar, ao menos parcialmente, o comportamento da mídia e o humor da população.

A aparente recuperação econômica – com um moderado crescimento do PIB, do emprego, da renda e do consumo interno –, mesmo que parcial e temporária, e sem uma sustentabilidade comprovada, acabou facilitando um noticiário favorável ao governo principalmente no segundo semestre de 2004. A consequência foi também uma melhora de sua avaliação nas “sondagens de opinião” e nas intenções de voto, chegando a níveis próximos daqueles do final de 2003. A repercussão, em curto prazo, consistiu em representações sociais da política mais favoráveis aos candidatos do PT na reta final das eleições municipais, diminuindo a derrota sofrida por esse partido.

O ano de 2005 trouxe de volta notícias negativas na economia, que restituíram baixos índices de crescimento ao final do ano. Além

disso, o segundo semestre foi palco da crise do chamado “mensalão”, que se inicia em maio com a proposta de instalação da CPI dos Correios, a qual foi seguida pela entrevista do Deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ). É o começo de uma série de denúncias, com amplo espaço na mídia, que abrem uma profunda crise política. Esta fissura a base do governo; derruba os principais dirigentes do PT e parte dos seus principais quadros no governo; provoca dissidências; mancha a imagem ética do PT e do próprio Presidente Lula. Assim, teremos, no final de 2005, representações sociais conjunturais da política novamente negativas ao governo e ao próprio Presidente.

Já em 2006, houve uma nova mudança nestas representações e intenções de voto, reafirmando a importância dos fatores conjunturais na alteração do comportamento do eleitor. Como vimos, esta mudança ocorre em virtude de fatos favoráveis ao governo e desfavoráveis à oposição conservadora e pelo fato de a candidatura à esquerda (Heloísa Helena, PSOL) não ter tido força social e política para ocupar melhor o espaço que se abriu. Há uma diminuição da exposição negativa e um aumento da exposição positiva de Lula na mídia, por diversos fatores (como já salientamos), ocorrendo o inverso com a oposição conservadora. Além disso, o Presidente Lula, o PT, o governo e os movimentos sociais que lhes dão apoio ainda tinham muitas reservas políticas que foram mobilizadas, particularmente, quando houve a ameaça de impedimento.

Um dos dados que reforça a idéia de um apoio passivo, com baixos teores de emoção, e sustentado por uma racionalidade pragmática de votar no “menos pior”, pode ser encontrado nas questões que perguntavam sobre os setores sociais mais beneficiados e mais prejudicados pelo governo Lula. Esse tipo de avaliação crítica, mas mantendo apoio a um governo, já havia manifestado-se em 1994, no período de implantação do Plano Real, que alavancava FHC. Apesar de a maioria entender que os maiores beneficiados eram os mais poderosos economicamente, o Plano Real e FHC eram majoritariamente apoiados. É como se dissessem que “eles ganham mais, mas nós também ganhamos alguma coisa ou estamos perdendo menos” (ALMEIDA, 1998).

A última crise, do “escândalo dos sanguessugas” e da compra e venda do “Dossiê Vedoin” – envolvendo dirigentes da campanha

de Lula da Silva e do PT de São Paulo –, acabou tendo apenas um impacto temporário – e apenas depois da divulgação das fotos do dinheiro encontrado nas mãos de petistas. Tais itens contribuíram, assim, para a ocorrência do segundo turno, mas não impediram uma vitória por larga margem em 29 de outubro.

Essa situação ocorreu porque as denúncias não foram capazes de alterar o padrão mais geral de comportamento político do eleitor. Ao contrário, reforçaram este padrão no segundo turno, a ponto de Lula da Silva não somente vencer com uma larga margem de votos, capitalizando a maior parte do eleitorado dos candidatos que não foram ao segundo turno, como ainda conseguindo avançar sobre o próprio eleitorado de Geraldo Alckmin, que teve, extraordinariamente, uma votação no segundo turno menor do que no primeiro. A instrumentalização da questão das privatizações, identificada com FHC e Alckmin, cumpriu um papel importante naquele momento.

O segundo turno, dessa maneira, concretizou eleitoralmente as tendências que vinham constituindo-se e acumulando-se desde o período pré-eleitoral imediato e mesmo durante todo o governo Lula. O quadro pré-eleitoral, mais claramente favorável, que passou a se consolidar a partir do início de 2006, não somente ampliou o espaço de captação direta de votos de Lula da Silva e demais candidaturas petistas como também, pelo reforço da tendência de vitória, foi de fundamental importância para garantir a viabilização final das amplas alianças da candidatura com outros partidos e setores partidários, recuperando seus apoios em forças políticas mais conservadoras e mantendo suas alianças históricas, inclusive, o próprio apoio (apesar de bem mais passivo do que em 2002) da maioria da militância dos petistas e dos ativistas dos movimentos sociais.

O papel da mídia, durante o governo Lula e no período eleitoral propriamente dito, requer uma discussão específica muito mais ampla e profunda que não é o objetivo deste trabalho. No período final de campanha, expressou representações na mídia que foram negativas, principalmente, ao PT, ao governo e à candidatura Lula da Silva. Nossa hipótese, no entanto, é a de que, no conjunto da obra de quatro anos, ajudou a construir representações sociais da política principalmente favoráveis ao governo e à personalidade de Lula da Silva em particular. Mesmo o noticiário predominantemente negati-

vo na reta final não foi capaz de contrabalançar a simpatia ou, pelo menos, a complacência e renovada – porém, bem mais moderada – expectativa de que pudesse haver um segundo mandato melhor do que o primeiro ou “menos pior” do que seria o seu principal adversário eleitoral. O início da campanha oficial, com exposição mais equilibrada dos candidatos no noticiário televisivo, entrevistas e debates, pode ter ajudado a melhorar o conhecimento e as intenções de voto de Alckmin e Heloísa Helena. Já o Horário Eleitoral Gratuito de TV e rádio pode ter ajudado a consolidar as intenções de voto em Lula e crescer as de Alckmin, pois nesse período caíram os índices de indecisos e de possíveis eleitores de Heloísa Helena que, com um tempo de TV e rádio bem menor, ficou em uma situação mais desfavorável. Essas são, no entanto, apenas hipóteses, que precisariam ser melhor estudadas, mesmo porque outros fatores estiveram em jogo concomitantemente com esses relacionados à grande mídia, além da existência de outros meios.

Nossa hipótese é de que o voto que acabará garantindo a nova vitória de Lula da Silva teve, no fundamental, duas vertentes. A primeira delas refere-se a um “voto por valores”, relacionado à sua identificação com o povo, aos mais pobres, aos trabalhadores, priorizando as genéricas políticas sociais e de esquerda (mesmo não sendo razoável concordar que seu governo seja, de fato, de esquerda, inclusive porque o Presidente tem reafirmado, em várias ocasiões, que não comunga de concepções desse campo político-ideológico). A outra vertente direciona-se para um voto baseado em uma racionalidade pragmática, que se sustenta em uma avaliação de resultados materiais mais imediatistas do seu governo. Esse tipo de voto, neste caso, está ligado às ações do Estado, que atendeu – mesmo que de modo principalmente compensatório, parcial ou pontual – uma parte das demandas da população, principalmente a mais pobre. É, portanto, um voto influenciado principalmente pela avaliação positiva do governo. O Estado teve, assim, um papel decisivo na reeleição de Lula da Silva. Essa racionalidade pragmática, contudo, também estava vinculada ao voto no “menos pior”, comparado ao que foi FHC e “seria” o candidato do seu partido, Geraldo Alckmin. Isto se refletiu em uma campanha com baixo potencial de mobilização ideológica e emocional. Enfim, elementos que podem

alimentar a hipótese de um apoio passivo, no “mal menor” e baseado em uma racionalidade pragmática podem ser encontrados na avaliação negativa principalmente das ações setoriais do governo; na consciência de que os setores economicamente mais poderosos sempre se beneficiam mais com o governo Lula; na convicção de que, apesar desses fatores, Alckmin e FHC eram piores do que Lula.

## Referências bibliográficas

ALMEIDA, J. **Como vota o brasileiro**. São Paulo: Xamã, 1998.

\_\_\_\_\_. A conquista do lugar de fala e fala fora do lugar nos discursos de FHC e Lula sobre o Real. In: RUBIM, A. A. C.; BENTZ, I. M. G. & PINTO, M. J. (orgs.). **Práticas discursivas na cultura contemporânea**. São Leopoldo: UNISINOS, 1999.

\_\_\_\_\_. **Marketing político, hegemonia e contra-hegemonia**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

\_\_\_\_\_. **Lula, Serra e a disputa pelo discurso da mudança em 2002**. Artigo apresentado no XII Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-graduação em Comunicação, realizado em Recife, jun.2003a.

\_\_\_\_\_. Estado, hegemonia, luta de classes e os dez meses do governo Lula. **Crítica Social**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 27-41, dez.2003b.

\_\_\_\_\_. **Evolução de imagem e marketing nos 18 meses do governo Lula**. Artigo apresentado no XXVIII Encontro Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciências Sociais, realizado em Caxambu (MG), out.2004.

\_\_\_\_\_. **Representações sociais da política e cenário de representação midiático da política**. Artigo apresentado no XXIX Encontro Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciências Sociais, realizado em Caxambu (MG), out.2005.

\_\_\_\_\_. **Representações sociais da política e evolução de imagem nos três anos e meio do governo Lula**. Artigo apresentado no XXX Encontro Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciências Sociais, realizado em Caxambu (MG), out.2006.

ANTUNES, R. Um novo desafio. **Margem Esquerda**, São Paulo, n. 4, p. 39-44, out.2004.

BOITO JÚNIOR, A. A hegemonia neoliberal no governo Lula. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 17, p. 10-36, nov.2003.

BORGES NETO, J. M. Governo Lula: uma opção neoliberal. *In*: PAULA, J. A. (org.). **Adeus ao desenvolvimento: a opção do governo Lula**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

CARVALHO, F. J. C. FHC, Lula, e a desconstrução da esquerda. *In*: PAULA, J. A. (org.). **Adeus ao desenvolvimento: a opção do governo Lula**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

CNT-SENSUS. **Pesquisas eleitorais para Presidente da República**. Brasília: Confederação Nacional dos Transportes, 2006. Disponível em: <http://www.cnt.org.br/>. Acesso em: 5.fev.2007.

DATAFOLHA. **Avaliação de governos – presidentes**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Datafolha, s/d. Disponível em: [http://datafolha.folha.uol.com.br/po/aval\\_index.shtml](http://datafolha.folha.uol.com.br/po/aval_index.shtml). Acesso em: 5.mar.2007.

\_\_\_\_\_. **Maioria dos brasileiros desaprova plano de racionamento governo federal e empresas que administram o sistema de energia elétrica são principais responsáveis pela crise**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Datafolha, 2001. Disponível em: [http://datafolha.folha.uol.com.br/po/rac\\_energia\\_29062001.shtml](http://datafolha.folha.uol.com.br/po/rac_energia_29062001.shtml). Acesso em: 5.mar.2007.

\_\_\_\_\_. **Lula atinge 61% dos votos válidos, 22 pontos à frente de Alckmin**. Petista oscilou de 57% para 58% das intenções de voto; peessedebista passou de 38% para 37%. São Paulo: Instituto de Pesquisas Datafolha, 2006. Disponível em: [http://datafolha.folha.uol.com.br/po/ver\\_po.php?session=319](http://datafolha.folha.uol.com.br/po/ver_po.php?session=319). Acesso em: 2.mar.2007.

FILGUEIRAS, L. **História do Plano Real**. São Paulo: Boitempo, 2003.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Petrópolis: Vozes, 1972.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1978.

IBOPE. **Pesquisas eleitorais para Presidente da República**. São Paulo: Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística, 2006.

Disponível em: [http://www.ibope.com.br/calandraWeb/servlet/CalandraRedirect?temp=2&proj=PortalIBOPE&pub=T&nome=pesquisa\\_eleicoes2006&db=caldb](http://www.ibope.com.br/calandraWeb/servlet/CalandraRedirect?temp=2&proj=PortalIBOPE&pub=T&nome=pesquisa_eleicoes2006&db=caldb). Acesso em: 17.mar.2007.

LO PRETE, R. Contei a Lula do 'mensalão', diz deputado. Entrevista com Roberto Jéferson. **Folha de S. Paulo**. Caderno Brasil, 6.jun.2005. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0606200504.htm>. Acesso em: 7.mar.2007.

MARQUES, R. M. & MENDES, Á. Desvendando o social no governo Lula: a construção de uma nova base de apoio. *In*: PAULA, J. A. (org.). **Adeus ao desenvolvimento: a opção do governo Lula**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

MINAYO, M. C. S. O conceito de representações sociais dentro da Sociologia clássica. *In*: GUARESHI, P. & JOVCHELOVITCH, S. (org.). **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais: investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2003.

ORLANDI, E. P. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez, 1988.

OURIQUES, N. Entre o medo e a esperança: limites e possibilidades de um governo popular no Brasil. **Crítica Social**, Rio de Janeiro, n.2, jul.-set.2003.

PAULANI, L. Quando o medo vence a esperança (um balanço da política econômica do primeiro ano do governo Lula). **Crítica Marxista**, Campinas, n.19, p. 11-26, out.2004.

PORTELLI, H. **Gramsci e o bloco histórico**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

RODRIGUES, F. Pesquisas nortearam ataque a privatização, afirma João Santana. **Folha de S. Paulo**. Caderno Brasil, 5.nov.2006. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0511200606.htm>. Acesso em: 7.mar.2007.

SICSU, J. & MARINGONI, G. Avaliando o desempenho do PT e do governo Lula. Quem perdeu? Quem ganhou? *In*: PAULA, J. A. (org.). **Adeus ao desenvolvimento: a opção do governo Lula**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

SOARES, L. T. **O desastre social**. São Paulo: Record, 2003.

**VOX POPULI. Pesquisas realizadas pela Vox Populi durante a campanha de 2006 às eleições nacionais.** Belo Horizonte: Instituto de Pesquisas Vox Populi, 2006a. Disponível em: <http://www.voxpopuli.com.br/eleicao2006nac.html>. Acesso em: 6.mar.2007.

\_\_\_\_\_. **Brasil.** Temas políticos e administrativos. Belo Horizonte: Instituto de Pesquisas Vox Populi, 2006b. Disponível em: [http://www.voxpopuli.com.br/eleicoes\\_2006/nacional/2006-10006-release.pdf](http://www.voxpopuli.com.br/eleicoes_2006/nacional/2006-10006-release.pdf). Acesso em: 6.mar.2007.

\_\_\_\_\_. **Relatório de pesquisa de opinião pública.** Nacional – outubro/2006. Belo Horizonte: Instituto de Pesquisas Vox Populi, 2006c. Disponível em: [http://www.voxpopuli.com.br/eleicoes\\_2006/nacional/2006-10006\\_r02\\_2t.pdf](http://www.voxpopuli.com.br/eleicoes_2006/nacional/2006-10006_r02_2t.pdf). Acesso em: 6.mar.2007.